

MIGUEL, LUIS FELIPE. (2014), DEMOCRACIA E REPRESENTAÇÃO: TERRITÓRIOS EM DISPUTA. 1. ED. – SÃO PAULO: EDITORA UNESP. 331P.

Atualmente as lacunas representativas, construídas através do distanciamento entre representantes e seus representados, têm sido cada vez mais questionadas nos jornais e nas redes sociais. Tendo visto essa conjuntura, Luis Felipe Miguel nos brinda com sua obra que reúne uma série de textos anteriores publicados por ele, e que passaram por significantes reanálises, retomando as reflexões sobre as disputas dentro do campo democrático. Tais textos se dividem no livro em "áreas de concentração": 1. A democracia elitista; 2. Os limites da deliberação; 3. As dimensões da representação; 4. Comunicação e representação; 5. A accountability eleitoral e seus limites; 6. Perspectivas sociais e dominação simbólica; 7. Da autorização à advocacy; 8. Representação e justiça; 9. Desigualdades sociais e representação política.

O livro está centrado, principalmente, no debate relativo às assimetrias, tanto dentro do campo da Teoria Política, quando pensada nela em suas variadas correntes, como dentro da aplicabilidade do sistema representativo, ambas vertentes olhadas por meio de um processo de disputa por espaços políticos.

O processo de universalização e legitimação da democracia pós-Segunda Guerra Mundial, fez com que houvesse um cuidado especial, principalmente no que tange às áreas do conhecimento que a estudam. O autor chega a mencionar as democracias de cunhos populares, que são características dos leste europeu e as islâmicas com suas particularidades vindas de países do Oriente Médio. Essas diferenças, porém, não impedem que haja um dito horizonte normativo e pensa-las para além de adjetivações,

mesmo que em sistemas não adjetivados, faz com que haja um afastamento do sentido etimológico e característico clássico desse sistema político.

A característica básica das democracias após a experiência direta ateniense é a da representatividade: "trata-se de um governo do povo no qual o povo não está presente no processo de tomada de decisões" (p.13). Os desafios que o sistema representativo carrega consigo estão principalmente ligados aos interesses dos indivíduos e de grupos dentro da sociedade. Lefort e Gauchet (1971, p.8) indicam que o princípio básico da operacionalização democrática é dado a partir do "reconhecimento da legitimidade do conflito".

Esse conflito explícito e aberto é central nos argumentos que Miguel aponta durante a obra. Há dois importantes problemas ao funcionamento da democracia representativa, e que também são elementos de disputa, que são: lidar com as preferências dos indivíduos e manipular os interesses através de uma agregação de preferências através de uma determinada bandeira ou corrente política.

O sistema representativo carrega consigo a disputa e o conflito como inerentes aos âmbitos político e social. Miguel alerta que a representação necessita se prevenir da criação de gigantescos problemas a partir de quatro imperativos: 1. separação entre governantes e governados; 2. formação de uma elite política distanciada da massa popular; 3. ruptura do vínculo entre vontade dos representados e representantes; 4. distância entre o momento em que se firmam compromissos com os eleitores e o momento do exercício do poder. Segundo o autor, para executar essas medidas, é necessário pensar os vieses da representação

**Guilherme Augusto
Batista Carvalho**

Bacharel em Relações
Internacionais pela
Pontifícia Universidade
Católica de Goiás –
PUC/Goiás.

Contato:

guilherme.rel1404@
gmail.com.

a partir das desigualdades existentes e por meio delas, construir uma representação democrática.

No capítulo intitulado "A democracia elitista", o autor continua a reflexão sobre temática representativa, mas focado no cerne do problema das assimetrias: a representação como coextensiva à política e a representação como princípio da

democracia. Para tal questão, há uma evolução no pensamento teórico-democrático. O autor inicia seu diálogo com o elitismo representativo a partir dos três principais autores da corrente elitista da democracia: Mosca, Pareto e Michels. Miguel percebe que apesar das diferenças de pontos de vista na teoria dos três autores, há um ponto em



Amada Abreu

comum: a rejeição relativa a teoria clássica da democracia, que pregava objetivos igualitários, o que para os três autores é uma ilusão. "O elitismo

pode ser descrito como a crença de que a igualdade social é impossível, de que sempre haverá um grupo naturalmente mais capacitado detentor dos

cargos de poder” (p.32).

Para Miguel, termos como natureza, desigualdade e dominação, são comuns ao elitismo. Há também, segundo o autor uma fruição estética que gera a sensação de superioridade e a exaltação da mesma. A simples existência de uma elite, para essa corrente teoria, revela a desigualdade entre as pessoas e a desigualdade social são consequências uma da outra. Michels, Schumpeter e Olson acreditam que a existência de uma elite política se deve a incapacidade da massa em se organizar, portanto, para Schumpeter principalmente, a função do cidadão comum é apenas de legitimar a elite através de seu voto devido a sua incapacidade de tanto se organizar como de ser politicamente consciente.

Para Miguel, há quatro perspectivas elitistas entre seus teóricos: 1. Essencialista, que tem o fundamento imutável da natureza humana como base; 2. A ideia de que mudanças são apenas repetições do processo de luta entre elites e não elites; 3. Os únicos agentes relevantes são a elite e a não elite; 4.o uso da força é aceitável para manter a elite no comando. O autor entende que as democracias atuais são marcadas por uma profunda desigualdade e até por isso se mantem o potencial subversivo, por isso ele pensa mais adiante no deliberacionismo como forma de alargar o horizonte dos valores fundantes da democracia representativa.

“Mesmo com as garantias utópicas da liberdade e igualdade [...] a situação social pode levar grupos subordinados à adoção de preferências adaptativas, ou seja, eles se limitariam a escolher uma alternativa entre outras, sem possibilidades de apresentar novas opções” (p.88). O problema teórico deixado no horizonte pelos elitistas, segundo Miguel, possui deficiências se pensados na vida social democrática que não é atômica, mas sim dinâmica, capaz de produzir vontades individuais e coletivas, agregando a esfera privada ao mecanismo eleitoral.

Miguel enxerga a necessidade de avançar no sentido de um esforço transcendente ao empirismo hegemônico das correntes elitistas, rompendo com os métodos dedutivos e pensando nas novas ênfases do processo discursivo e prático da vida democrática. “As decisões políticas devem ser tomadas por todos que estarão submetidos a elas, através do “raciocínio público livre entre iguais” (COHEN, 1998, p.186).

Ao apresentar suas demandas, as camadas populares não estão se colocando na centralidade no processo deliberativo, mas sim na disputa por es-

paços dentro dele. Isso se deve à forma com a qual se apresenta a concepção do deliberacionismo: como um deslocamento da perspectiva restritiva da participação. Em outras palavras, o que o autor mostra é uma busca pela incorporação das possibilidades de conflito dentro dos espaços democráticos, através de: 1. Contribuições pertinentes ao debate público; 2.argumentação racional; 3.buscar o consenso. A teoria da democracia deliberacionista para Miguel, não seria uma busca por prática popular na vida pública, mas sim a elucidação das possibilidades democráticas existentes.

A questão da representação para o autor permeia a disputa democrática, seja através do conflito social ou das dinâmicas entre ações de representantes e vontades de representados. A crise representativa é bem perceptível, visto que: 1. há um declínio no comparecimento eleitoral; 2. há ampliação da desconfiança nas instituições; 3. há um esvaziamento dos partidos políticos. Como exemplo, Miguel cita que: “no segundo turno das eleições presidenciais de 2010, 21,5% dos eleitores registrados se abstiveram” (p.99). Para o autor, essa baixa participação pode ser lida corretamente como uma sensação de impotência e estranhamento.

Hoje há uma infinidade de meios de comunicação em massa, os quais servem como intermediários entre a agenda pública e os eleitores. O jornalismo tem um papel fundamental no processo de ampliação da informação e da formação de opinião. Para tal, o autor utiliza o pensamento de Doctorow (1996, p.82) que afirma que “o jornal só aparece quando começa a acontecer coisas que as pessoas não podem ver com os próprios olhos”. Nesse sentido o jornalismo supre necessidades informativas resumidas. Até por isso o eleitor mantém com os meios de comunicação um relação de confiança, quanto à: 1. Veracidade das informações; 2. Justeza importantes ao relato; 3. Confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias.

O uso dos meios de informação para fins políticos tem se tornado cada vez mais recorrentes e uma importante arma utilizada dentro do confronto político: “A imprensa desempenha igualmente um papel nada negligenciável na produção de capital simbólico, isto é, do crédito social, que permite a certos indivíduos ocuparem posições de autoridade em determinados campos” (BOURDEIU, 1980, p.203-4). E devido a isso, o jornalismo passou a ocupar um papel de grande relevância nos embates entre grupos que buscam autonomia dentro do campo democrático.

A dimensão do poder formal e suas formas de controle também tem relevância dentro da obra de Luis Felipe Miguel. Os sistemas eleitorais proporcionais e majoritários são avaliados de acordo com sua capacidade de governabilidade e representação, medidos a partir da equivalência entre voto popular nos partidos em competição e a proporção de cadeiras no parlamento. Os sistemas que conseguem produzir maiorias são os que reduzem a representação das minorias. De modo que a governabilidade e torna um problema para o funcionamento do sistema. Sistemas autoritários conseguem produzir maiorias com facilidade, através da intimidação e da coação, mas nos sistemas democráticos há de se lidar com mais vontades populares com liberdade de exposição.

Apesar do pensamento elitista, o sistema democrático representativo possui mecanismos de controle popular, o que configuraria uma participação em certa medida. A chamada accountability tem um papel fundamental na conscientização das esferas públicas quanto a suas obrigações e responsabilidades de seus atos. Há duas dimensões para essa responsabilidade, a primeira se refere a um controle a ser feito sobre o poderes (horizontal), a segunda à prestação de contas e se submeter à população (vertical). O bom funcionamento da accountability exige uma permanente interlocução entre representantes e representados, no qual a mídia teria um papel fundamental.

Outro problema teórico e prático na obra está ligado à dominação simbólica dentro do sistema representativo. A questão das mulheres fica bem

clara dentro dessa perspectiva. Miguel defende que a conquista do voto feminino apenas, não foi suficiente para eliminar as assimetrias de gêneros nos cargos públicos. A participação feminina é limitada por fatores simbólicos e atualmente é um dos grandes temas se pensada no âmbito das disputas por espaços representativos.

Segundo o autor, se praticado da forma correta, o mecanismo de accountability pode resultar na maior supervisão por parte dos grupos subalternos ao que lhes foi prometido em campanha, logo não importando o gênero de quem foi eleito, mas sim se os interesses do gênero estão sendo representados nos locais de deliberação. "A inclusão não deve significar simplesmente a igualdade formal e abstrata [...] ela significa considerar explicitamente as divisões e diferenciações sociais e encorajar grupos diversamente situados e dar voz a suas necessidades" (YOUNG, 2000, p.119).

Dessa forma, Luis Felipe Miguel escreveu uma obra que apresenta uma série de problemas práticos e teóricos da "ordem do dia". A democracia representativa, como parte da Teoria Política Contemporânea, para além de seu formalismo, se demonstra cheia de nuances e variáveis e o autor resgatou o fio condutor de uma grande problemática atual: o conflito no âmbito da representação. As questões relativas a participação autônoma, deliberação e controle, se fazem cada dia mais presentes no horizonte de pesquisas, fazendo assim com que a obra do autor seja extremamente atual e relevante.

Referências bibliográficas

- BOURDEIU, Pierre. (1980), *Le sens pratique*. Paris: Minuit.
COHEN, Joshua. "Democracy and liberty". (1998), In : ELSTER, Jon. Cambridge : Cambridge University Press.
DOCTOROW, Edgard L. (1996), *A mecânica das águas*. São Paulo: Companhia das letras.
LEFORT, Claude & GAUCHET, Marcel. (1971), *Sur la democracie: le politic et l' institution du social*. Textures.
YOUNG, Iris. (2000), *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press.

Recebida em: 29 de dezembro de 2015

Aprovada em: 21 de março de 2016